



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 73

Sessão Ordinária de Dezembro

3.ª Reunião de 09-01-2009

Aos nove dias do mês de Janeiro de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Marco António da Costa Gonçalves, Firmino Marques Ferreira, Vítor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Mercedes de Carvalho e Silva Mota, Sesnando Alves dos Reis, Henrique Rocha Vieira, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, João Alberto Simões Barbosa, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Carlos Eduardo Maria Martins e António Manuel Carvalho Serra Granjeia.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-Presidente Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira (chegou às 20:45 horas) e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa eu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel Almeida Dias e Marco António da Costa Gonçalves, respectivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Vera Maria da Cruz Vieira, Lucinda de Sousa Brandão Pereira, Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu e Sérgio Manuel Santos Ordens Vieira, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, Luis Claro de Jesus, José António Tavares Vieira e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram

substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, Mercedes de Carvalho e Silva Mota, Henrique Rocha Vieira e Octávio Manuel Rodrigues Santos, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁰²

“Deu entrada na Mesa, um requerimento subscrito pelo BE e pelo PCP, que vem dar conta no âmbito da alínea i) do artigo 17.º da lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, foi designada a cidadã Rosa Maria Simões Correia Gadanho, eleitora n.º 9893 de Aradas, que renunciou ao cargo, de acordo com o seguinte argumento:

«Tendo sido nomeada na qualidade de cidadã, pela Assembleia Municipal de Aveiro para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Aveiro, venho por este meio junto de V/Exa., manifestar a minha indisponibilidade, para continuar a desempenhar as funções que me foram atribuídas. Os motivos desta indisponibilidade decorrem exclusivamente das características da minha actividade profissional actual, que em obriga a deslocações e ausências não previsíveis, o que manifestamente limita o acompanhamento da actividade da Comissão.

Finalmente, não posso deixar de manifestar a V/Exa., o quanto me honrou ter feito parte de uma equipa que apesar do seu quotidiano de dificuldades, contribui profissional e generosamente, para minorar consequências negativas na vida de tantas crianças e jovens, e suas famílias». Verificando que o plenário não se opõe a esta substituição, comunico que na
COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO DO CONCELHO DE AVEIRO

O cidadão substituto, representante da Assembleia Municipal de Aveiro na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Concelho de Aveiro, é o cidadão *António Luis da Silva Almeida, eleitor n.º A-1530, de Eixo.*”

Continuando, a Presidente da Mesa⁰² deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Vogal João Barbosa (PS) ⁰³

“Senhora Presidente, estão a decorrer os festejos em honra de S. Gonçalinho, um dos Santos mais populares, senão o mais popular do distrito de Aveiro, e como é costume, uma das tradições é dar cavacas às pessoas. Se V/Exa., me desse licença, a Junta de Freguesia da Vera Cruz, gostava de oferecer uma cavaca a cada um dos presentes.”

De seguida, a Presidente da Mesa, nos termos regimentais, suspendeu os trabalhos por cinco minutos.

Retomados os trabalhos a Presidente da Mesa deu entrada na Ordem do Dia.

(Deram entrada na sala os João António Fernandes Pedroso e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva).

Presidente da Mesa ⁰⁴

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação da Comunicação Escrita.

(Deram entrada na sala os António Ildebrando Nunes Costeira e Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara ⁰⁵

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes membros:

Membros da Assembleia
Presidente da Mesa ⁰⁶

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷

“O Senhor Presidente na última reunião surpreendeu-nos aqui com um papel há última da hora, que desmentia aquilo que tinha escrito. Ou seja, o Senhor Presidente trouxe na última reunião um documento, em que constavam menos vinte e tal pessoas (que eu não cheguei a compreender bem, espero depois ler a acta), no activo dos funcionários da câmara — valores que não estavam inscritos efectivamente no documento que nos apresentou.

E hoje, certamente, nos vai surpreender também e vai arranjar alguns documentos de última hora para justificar isto. No dia 17/12 de 2008, o Dr. Pedro Ferreira, enviou aos vereadores municipais um documento em que constam os Fluxos de Caixa da Câmara Municipal de Aveiro de 01/11/2008 a 30/11/2008. Nesse documento, afirma que o total das receitas orçamentais até Novembro e de sessenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e dois, etc. (enfim e mais desenvolvimentos, mas para não vos maçar com isso), diz basicamente que as receitas correntes realizadas até ao dia 01/12/2008 são trinta milhões, cento e treze mil, zero sessenta e oito virgula noventa e quatro, e as receitas de capital, são trinta e quatro milhões, quatrocentos e dezassete, setecentos e dez.

Ora, se nós lermos a Comunicação do Senhor Presidente, no que diz aqui: “no que diz respeito à situação financeira do município até trinta de Novembro de 2008 (pagina trinta e dois), as receitas globais cobradas, cifram-se à data no montante de sessenta e seis milhões (mais dois milhões, oitocentos e setenta e nove), sendo trinta milhões seiscentos e quarenta e quatro, relativas a receitas correntes, - um valor acima daquilo que está no documento dos fluxos de caixa, que deve ser um documento certo a menos que na Câmara de Aveiro ande, em termos financeiros, mais ou menos; e relativamente a receitas de capital, que era isso a que eu me queria focar mais, trinta e seis milhões, duzentos e vinte e um, quinhentos e setenta e oito virgula noventa e quatro, contra, como eu disse, os trinta e quatro quatrocentos e dezassete setecentos e dez, que constam na folha de caixa.

O único valor que está certo, é o valor de outras receitas, que são doze mil oitocentos e vinte e três virgula treze euros.

Acontece que na folha de caixa, nos fluxos de caixa, consta no mês de Novembro uma utilização de um empréstimo de trinta milhões de euros e um saldo para o período seguinte de

trinta e três milhões!? Como o Senhor Presidente nos apresenta números completamente diferentes, eu gostava de perguntar em primeiro lugar, se é o Senhor Presidente que tem razão ou se é o Sr. Dr. Pedro Ferreira? Em segundo lugar, gostava de lhe perguntar se efectivamente pediram até ao dia trinta de Novembro, trinta milhões de euros ou se pediram mais como isto aqui indicia....

De qualquer forma, lamento, que numa Câmara com a responsabilidade da Câmara de Aveiro, que é um concelho que não é um concelho qualquer, é um concelho capital de distrito, haja em dois documentos relativos à mesma data, uma tão grande discrepância.

Não que eu espere grandes coisas da Câmara de Aveiro, estou à espera por exemplo de duas pequenas obras; o senhor Presidente falou ai numa série de obras - eu há obras tão simples com esta: quando é que arranjam aqui o muro que está caído aqui ao lado da capitania? Ainda vamos demorar mais três anos para arranjar o muro? Quando é que arranjam o gradeamento de protecção da ponte sobre o Canal do paraíso, ali ao pé do Beira-mar? Está partida desde o início do mandato! Mais, neste momento, os ferros que lá estavam a segurar as fitas apodreceram e caíram.

Bem, como eu dizia, algumas perguntas que eu gostaria que me fossem respondidas de forma seria, e correcta, já agora se for possível.

Que valores do empréstimo dos cinquenta e oito milhões de euros é que tinham sido utilizados até ao dia trinta de Novembro e quais foram os que foram utilizados até ao momento? Em que é que foram empregues até ao momento? E quanto é que a Câmara de Aveiro espera utilizar mais desse empréstimo, quanto é que está utilizado, quanto é que falta e quanto é que espera utilizar mais?"

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁸

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁹

“Relativamente à Comunicação do Senhor Presidente, para o período que perpassa portanto desde Setembro a Novembro, compete-nos dizer que efectivamente estamos perante um exaustivo texto, que procura abarcar tudo o que foi feito, tudo o que se participou e que foi feito por outros, quase até tudo aquilo que se gostava de se fazer no fundo.

E gostava de dizer que isto está em profunda contradição com aquilo que começa logo imediatamente no início do texto que diz: “é um texto resumido”.

Além de que, ia-me também referir, mas felizmente o Senhor Presidente atalhou a tempo antes de ser lido o erro da página sete do avô pelo neto, a troca do avô pelo neto, porque acho (não posso deixar de o dizer) que estes textos... eu sei que o senhor Presidente, não tem tempo para fazer o texto todo, mas deve-o rever antes ser entregue aos vogais da Assembleia.

E pelo menos o texto deve ser entregue a uma pessoa que tenha o mínimo de conhecimento sobre as gentes e sobre a história da nossa terra no fundo.

E depois, continuando, tendo em conta o exaustivo desenvolvimento da resumida Comunicação só vou referir-me a dois pontos e começo exactamente por abordar o seminário que se levou a cabo sobre a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Isto porque estranhamente foi promovida esta iniciativa que se pretendia e que se pretende penso eu que ainda se pretende, ser de abertura à participação pública, num horário que francamente é contrário a essa mesma participação pública. Nomeadamente à participação daqueles que têm um horário normal de trabalho e que portanto não podem participar, quando gostariam e com certeza poderiam dar contributos bem importantes a esse seminário.

Com certeza dir-me-ão que pronto estas pessoas depois deste contributo que foi dado neste seminário, ficarão mais habilitadas a proporem também as suas ideias — mas é o contrário. É exactamente ao contrário! É que os técnicos e os autarcas a tempo inteiro que “generosamente” estiveram nesse seminário e deram as suas ideias e o seu contributo que é

valioso (e eu refiro-o e repito, foi valioso), essas pessoas ficariam muito mais enriquecidas e com certeza ainda mais valioso seria o seu contributo, se já fossem com os conhecimentos da opinião de grande parte das pessoas que vivem nesta terra, e que têm portanto opiniões e que pensam aquilo que há-de ser e que há-de definir o futuro da própria Avenida.

E depois sobre isto, também, gostaríamos de dizer e gostaríamos de saber qual é a calendarização que existe no sentido do desenvolvimento do que vai ser a Avenida? Porque temos receio, sinceramente temos receio, por já ter havido um precedente, que foi o ficar na gaveta o antigo estudo da Associação Comercial de Aveiro, e temos receio que isto não vai, independentemente de estar aí até na ordem de trabalhos desta Assembleia a continuação de discussão sobre o assunto, gostaríamos de saber qual o agendamento, qual a calendarização que estava para que não fiquemos só com o fogo de vista.

O segundo aspecto que gostaria de dizer e este penso que de grande importância também, mas mais ainda, é um aspecto que pela gravidade que tem carece de uma justificação plausível do executivo.

E isto porque, a não haver essa explicação, estamos sujeitos a entrar em desconfiança generalizada sobre a acção que se tem vindo a desenvolver.

Aparece-nos um passivo de 155,6 milhões, superior relativamente ao de Setembro que era de 117 milhões — isto é altamente preocupante!?

Uma subida de passivo de 38,6 milhões são 33%! Não pode só ser justificada com as utilizações do novo empréstimo, pois para estas terá de haver uma correspondente diminuição na dívida a fornecedores.

Depois do aumento do passivo, portanto os tais 38,6 milhões, mas o aumento da dívida a instituições de crédito foi de 28,8 milhões, menos 10 milhões. As dívidas a terceiros de curto prazo, que já deveriam ter descido, se se aplicasse dinheiro do empréstimo no pagamento a fornecedores; antes pelo contrário subiram 1,5 milhões! O que se nos afigura (por isso pedimos uma justificação plausível para esta situação) é que isto espelha uma situação de falência.

Houve tanto tempo para atalhar o mal que estava feito, e que era consabido de toda a gente, e continuamente estamos a chegar à conclusão que cada vez isto piora mais.

No fundo quando nós há um ano e tal atrás apresentámos uma moção de censura, vai-se provando com o tempo que afinal até íamos tendo razão e vamos tendo razão.”

(Entrou na sala o Vogal Miguel Almeida Dias)

Vogal Raúl Martins (PS) [010](#)

Vogal António Regala (PCP) [011](#)

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, restante executivo, senhoras e senhores deputados, o documento agora em debate relata o que de importante a nível político aconteceu no nosso município no período compreendido entre 01 de Setembro e 30 de Novembro.

Sucederam de facto passos em frente na qualidade de vida dos aveirenses, conforme se pode ler, numa atitude de valorização e proximidade com os cidadãos e nesse profundamente a saudável democracia.

Importante salientar de facto o processo urgente e sério do pagamento das dívidas a diversas entidades entre as quais as associações do nosso concelho. Associações de cariz social e desportivo, mormente neste último caso às colectividades desportivas que formam os jovens de hoje, homens de amanhã, são todas elas pessoas de bem, como é a nossa Câmara.

Porque a responsabilidade, a seriedade e a credibilidade não se constroem com tijolos, nem assentam em alcatrão, antes se constroem com honradez e assentam no cumprimento dos protocolos e dos acordos estabelecidos e no pagamento atempado das facturas pergunto-lhe Senhor Presidente, em que fase estão esses pagamentos às diversas colectividades desportivas de Aveiro? E se todas elas tem o seu nome inscrito no pagamento dos protocolos há muito referidos de incumprimento, em virtude da governação anterior?

Tivemos no passado mês de Novembro um momento importante inédito, a autarquia em boa hora o fez, por reconhecimento público dos nossos campeões aveirenses. O Teatro aveirense foi o verdadeiro palco dos sonhos, em distinção estiveram aqueles que alcançaram resultados significativos num passado recente, mas permita-me senhor Presidente, que proponha uma melhoria, porque a experiência também deve servir de mote à aprendizagem. Tenho esperança que da próxima vez, se possa prestar a devida homenagem aos campeões a título individual e não colectivo como foi.

De enaltecer também foi o protocolo firmado entre o município e o Beira-mar. Finalmente passou-se da intenção à acção. O entendimento foi óptimo para as partes, a ser cumprido na íntegra, torna-se excelente para a autarquia e para o clube.

Como espero e sei que está em construção o novo complexo desportivo da Associação desportiva de Taboeira, corrige-se assim a gravidade que foi feita ao Taboeira com a edificação do novo Estádio Municipal Mário Duarte. É assim ou não senhor Presidente?

Numa vertente diferente, permite-me que o elogie, porque é devido o trabalho feito ao nível da valorização de feitos e personalidades da história local. Não só com o diversificado ciclo de conferências, mas também com as jornadas de história local.

Dentro da minha disponibilidade, procuro marcar presença nessas iniciativas. aguardo com expectativa como irão decorrer os vários momentos comemorativos neste ano de 2009.

Termino parafraseando: «aquele que faz os homens de bom coração participar na vida da comunidade, não deseja outra recompensa que não seja ter boa consciência».

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) ⁰¹³

Vogal João Barbosa (PS) ⁰¹⁴

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰¹⁵

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁶

“Antes de mais no que se refere ao capítulo do empréstimo na comunicação do Presidente, pois a nós parece-nos que é um discurso de propaganda, um pouco deslocado, parece um ajuste de contas com a Câmara anterior, com o Executivo da Câmara anterior e com um partido da oposição que não o Bloco de Esquerda. Parece-nos que não é para isto que serve uma Comunicação do Presidente.

Falando em propaganda, parece que este documento, a comunicação do Presidente é um pouco como “Alice no País das Maravilhas”; porque diz-nos que o objectivo do documento, que é intenção desta redacção exprimir de forma resumida os factos políticos mais significativos da governação do município. Sabemos que o município fez o festival de karaoke da cidade de Aveiro, mas não sabemos o que é que aconteceu neste período de tempo que foi bastante relevante, e que a Câmara não incluí na sua Comunicação, que foi o parecer da comissão nacional de eleições, dizendo que o Regulamento de Propaganda é ilegal e inconstitucional e que limita a liberdade de expressão. Este regulamento fazia do Presidente da Câmara Municipal, consentia-lhe o poder de autorização de afixação de propaganda e de afixação da multa ou seja o Presidente da Câmara era em causa própria Juiz, Júri e Executante. Tinha assim um poder arbitrário injustificado, ilegal e inconstitucional.

Para mais e derivado deste regulamento de propaganda, o Bloco de Esquerda estava a afixar um “outdoor” e foi proibido pela policia municipal, baseando-se e bem nesse caso, no regulamento de propaganda em vigor.

Mais tarde o departamento jurídico da Câmara recuou nas suas intenções, disse que autorizava o Bloco de Esquerda a afixar o cartaz, numa decisão completamente arbitrária e sem critério legal. Já que esta decisão do departamento jurídico vai contra o regulamento em funções, e vai contra a lei da república.

Para mais o Departamento Jurídico da Câmara Municipal, informou o Bloco de Esquerda por carta, que vai proceder à alteração do referido regulamento. E mais, o Departamento Jurídico da Câmara Municipal confirma que há de facto normas inconstitucionais no regulamento. E então propõe a alteração de três princípios: a actividade de propaganda passa a ser livre, não dependendo de licenciamento ou autorização camarária; passa a ser obrigatória a audição dos partidos para remover o material de propaganda; e o Presidente perde o poder de fixar coimas.

Posto isto, julgo que aquilo que a Câmara Municipal tentou fazer com aquele regulamento autoritário em Aveiro, que é a Terra da Liberdade, é completamente escusado. Nós congratulamos o Bloco de Esquerda e a Câmara Municipal por ter recuado neste regulamento, apesar de termos algumas reservas ainda nalgumas discordâncias que a Câmara tem do parecer da Comissão Nacional de Eleições, e o que perguntamos é (o Bloco de Esquerda já recebeu a nova versão do regulamento de propaganda), quando é que o novo regulamento vem à Assembleia Municipal para aprovação? E quando é que o novo regulamento entra em funções, uma vez que estamos a entrar num ciclo eleitoral bastante preenchido e parece-nos que a liberdade de expressão na actividade partidária é de interesse de todos e gostaríamos que quanto antes, entrasse em funcionamento o novo regulamento da Câmara Municipal.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [017](#)

“Bem assistimos aqui à grande oposição que é feita pelo Bloco de Esquerda nesta câmara. Fiquei absolutamente extasiado com o que o Bloco de Esquerda, o partido fresco da nova esquerda, e da nova perspectiva sobre o futuro, tem a dizer e há muita coisa que se diga sobre a Comunicação do exercício nos últimos três meses do actual executivo, que é de uma maioria, embora não seja do PS, lá calha, é do PSD e do CDS, que são partidos diria mais à direita que o Partido Socialista na perspectiva do Bloco de Esquerda. Mas aproveitou sim para fazer jus à sua pequena vitória, justa é certo, mas à sua vitória nos Tribunais, mais do que justa, mas que enfim, tem o relevo que tem e que já teve a publicidade que era merecida e já foi reposta ao que sei a legalidade.

Segundo ponto, e agora sobre a Comunicação Escrita propriamente dita. Oh Senhor Presidente, o Senhor Presidente traz-nos na Comunicação (as Comunicações às vezes são ingratas, porque passam às vezes por ser repetitivas e às vezes sem culpa própria) evidentemente que o Senhor Presidente fala aqui numa coisa até positiva que é o programa “FICA” de investimento. Que é um programa que até foi interessante, lançado creio eu pelo Vereador Caetano Alves ou pelo seu pelouro, mas quer dizer, já o aprovámos na outra Assembleia Municipal. Provavelmente este relatório e esta Comunicação deve-se repercutir em relação a esse período, não faz algum sentido que apareça aqui e por isso às vezes parece um bocadinho repetitivo — acredito que seja por força das circunstâncias.

Mas para lhe dizer em concreto sobre a Comunicação o seguinte: falta também um reflexo nesta Comunicação da parte social que depois não aparece (e que não é surpresa), posto que não é aposta desta Câmara, uma resposta clara aos problemas sociais que ai vêm no ano de 2009 e que já tivemos oportunidade de perspectivar aquando das Grandes Opções do Plano.

E para resposta directa às intervenções que ouvi do partido Social-democrata, que se perceba, por exemplo a redução de 1% na taxa de Derrama implica uma quebra de receita para os cofres da autarquia sensivelmente de quinhentos a setecentos mil euros.

O que é que se poderia fazer em termos de resposta e de parceria com as instituições do concelho para, por exemplo, o ataque e a erradicação ou a tentativa da erradicação da pobreza envergonhada que aí vem. E portanto, é tudo uma questão de perspectiva!

É tudo uma questão de perspectiva. Prefere-se fazer a redução (e não estou a falar do IMI), estou a falar da Derrama em concreto e se calhar há aqui alguns membros da bancada do PSD que não têm a noção que 90% da receita que é arrecadada em Derrama no concelho de Aveiro é paga por quatro ou cinco empresas do concelho. Que a Derrama é um imposto ou uma taxa que incide sobre o IRC, o IRC incide sobre o lucro que é tributável por parte das empresas, portanto estamos a falar de empresas que tiveram lucro efectivo, não estamos a falar de pequenas e médias empresas com dificuldades económicas. E portanto estamos a falar de empresas diferentes. Estamos a falar da Portucel, estamos a falar da Vulcano, estamos a falar da CACIA, estamos a falar da Endasa, estamos a falar da Sanindusa, estamos a falar de empresas com um porte diferente.

Fará ou não fará sentido fazer a aplicação desse dinheiro e não prescindir dessa receita e fazer um ataque sério, uma canalização séria, como antigamente aliás a lei reflectia e fazer a cabimentação desse dinheiro para ataque directo à pobreza envergonhada?

Era o que faria sentido, era o que uma Câmara com responsabilidade e preocupação social deveria e poderia ter feito.

E portanto, esta é a perspectiva do PS em relação ao reflexo claro que se vê da Comunicação Escrita da falta de empenho, de que resulta no fundo, de um grande relambório que resulta claro da grande dedicação que vai tendo o Senhor Vereador Dr. Capão Filipe na parte da saúde, desporto (não sei se é o vereador do desporto, tenho uma ideia que sim) e da parte dinamizadora e também da Juventude do pelouro do Dr. Pedro Ferreira.

E também da parte final, também desta minha intervenção, queria dizer (para não gastar o tempo todo), sobre a Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Por exemplo, entre outras coisas da Avenida, uma coisa que tem prejudicado imenso e permita-me que lhe diga, já na altura tive oportunidade de criticar, foi feita a aprovação do regulamento do estacionamento e a cobrança de estacionamento das 08:00 horas da manhã às 20:00 horas da noite, é absolutamente intolerável. Pois não combina com a própria dimensão do que se vai dizendo aqui para a Avenida, e de que se queira fazer a Avenida reviver. Depois os fiscais passam lá às 08:15 horas da manhã, estão lá os fiscais a pôr os papelinhos nos carros das pessoas que querem viver na Avenida, que querem viver no centro da cidade, e que querem uma Avenida viva e uma Avenida que faça parte da cidade de Aveiro e que não esteja desertificada para o comércio.

E portanto esta é que é a questão. Não tem havido sequer a sensibilidade da Câmara, que foi dita aqui que poderia eventualmente existir, em relação ao cumprimento do regulamento sobretudo na primeira hora da manhã e entre as sete da noite e as oito da noite. E portanto isto não faz nenhum sentido. Eu acho que é tempo de a Câmara perceber porque as pessoas vêm falar comigo várias vezes e há sempre pelo menos uma vez por mês uma pessoa que vem ter comigo e me fala sobre o regulamento do estacionamento e sobretudo pelo facto dos fiscais andarem na primeira hora da manhã a aplicar multas aos cidadãos aveirenses.

É evidente que eles aplicam com toda a legalidade do mundo. Mas eu acho que não faz sentido nenhum fazer esse pagamento e continuo a não achar. E portanto, não me sentiria comigo bem se também não transmitisse este recado dos cidadãos ao executivo.

Depois, no último ponto sobre a actividade económica, não vi e gostava de ter visto nesta Comunicação uma palavra sobre o Lidl. Pelo contrário, tenho visto notícias em sentido diverso. Tenho visto que a Assembleia Municipal de Águeda na reunião agora de Dezembro aprovou uma redução especial do preço de metro quadrado em zona industrial, com a

argumentação do Senhor Presidente da Câmara de Águeda dizendo que era para o Lidl e que o Lidl vai para Águeda. E portanto em que é que ficamos? Por que eu já aqui lhe tirei o chapéu e fiz exactamente com esta expressão e literalmente lhe disse isto em relação a um projecto que eu entendo que é importante para o concelho e também é importante para o emprego. Portanto queria uma palavra de conforto por parte do executivo sobre este projecto do Lidl. Saber se está bem encaminhado se não está bem encaminhado? Portanto que o Senhor Presidente se puder que sossegue o PS em relação a este investimento que nós consideramos importante para o concelho.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰¹⁸

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰¹⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰²⁰

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²¹

“Senhor Presidente congratulamo-lo porque uma vez mais nos traz uma excelente Comunicação, em que nos esclarece bem sobre as muitas e profícuas actividades que este executivo tem vindo a laborar.

Deveremos dar nota aqui ao ênfase que o Senhor Presidente da Câmara dá na sua Comunicação, designadamente nas suas três primeiras páginas e vou ler um único parágrafo: «o Município de Aveiro viu o empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros previsto no Plano de Saneamento financeiro confirmado pelo Tribunal de Contas, está assim em curso o processo de pagamento das dívidas às Juntas de Freguesia, às Associações, aos fornecedores, iniciando-se um novo ciclo de gestão municipal» - e reforço esta ideia, iniciando-se um novo ciclo de gestão municipal; «um novo ciclo marcado pela ética, pela seriedade nas relações estabelecidas com os parceiros da autarquia».

Eu vou reforçar aqui as palavras que se retiram essencialmente das três primeiras páginas, tais como “ética”, “responsabilidade”, “seriedade”, “credibilidade”, “honrabilidade” (ouvem-se vozes). É isto que este Executivo pretende dar a Aveiro.

Este Executivo tem a missão bem determinada de dignificar o município, apagando quanto possível a imagem de má memória da gestão gravosa e de incumprimento do governo socialista. Que melhor legado e que melhor exercício de poder, que melhor obra poderia oferecer Élio Maia? Foi isto que nos prometeu, foi isto que prometeu aos aveirenses e está a cumprir de forma irrepreensível.

Perguntavam-me recentemente se a Caixa Geral de Depósitos já havia feito chegar a primeira tranche do empréstimo e se este dinheiro já tinha sido ou estava a ser distribuído. Respondi que sim, mas sem saber precisar os valores. O meu interlocutor questionava-se pelo facto deste executivo não dar realce a isso, gritando aos sete ventos que esta Câmara estava a pagar a quem deve e a honrar os compromissos assumidos. Respondi de igual forma como respondeu o Dr. Élio Maia perante circunstância equivalente: - Não é o nosso dever pagar a quem se deve? Não é suposto honrar os compromissos e os acórdãos?

Para terminar vos digo que com tanto dinheiro para distribuir, muitos já teriam lançado foguetes e permitido muitos beberetes e assim consumido parte desse dinheiro.

Gostaria de dar também uma pequena palavra relativamente à questão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, mas vou-me reservar para o ponto 9 (se não estou em erro), em que se vai falar da delimitação de declaração de área crítica, de recuperação e reconversão urbanística. Até porque entendo que este ponto merece uma acuidade diferente e um realce também com mais profundidade, mas desde logo vou deixando aqui uma questão importante, é que nós relativamente à questão da reconversão da Avenida Lourenço Peixinho, não nos poderemos quedar por pequenos exercícios de cosmética, nomeadamente em passeios, em arranjos de estacionamento, em circulações. Nem tão pouco poderemos ficar reféns da questão do

comércio, porque e fundamentalmente vamos ter que falar, nomeadamente da questão do carácter residencial da Avenida. Mas deixaremos para o ponto 9 essa questão.

Vogal Raúl Martins (PS) [022](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [023](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [024](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [026](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [027](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [028](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [029](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [030](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira [031](#)

“Respondendo a algumas questões levantadas pelos Srs. Deputados. Deputado Raúl Martins, eu não estava a espera que nos fizesse um elogio pela transparência que temos vindo a implementar na transmissão de documentos da Câmara Municipal, nomeadamente em relação aos fluxos de caixa. Estas situações nunca aconteceram no passado e não temos qualquer problema em enviá-lo para a Assembleia. É mais um local para onde nós mandamos para todos terem conhecimento.

Em relação à questão dos recursos humanos. O Sr. Deputado Raúl Martins disse que o Sr. Presidente trouxe um documento, e efectivamente aquilo que ele referiu foi em relação ao documento que estava no Orçamento e foi tirado a uma data. E aquilo que se passou efectivamente no final do ano e aquilo que nós temos de facto são menos vinte e duas pessoas; portanto estamos a falar de momentos diferentes e daí a diferença.

Em relação aos fluxos de caixa e da Comunicação do Presidente, mais uma vez tratam-se de coisas diferentes — e eu posso-lhe transmitir que os fluxos de caixa não apresentam classificação. Estamos a falar de bens de venda de investimentos, os quais já deram entrada em termos contabilísticos, que ainda não estão na tesouraria, e outras receitas de capital que têm a ver com transferências financeiras, nomeadamente de fundos comunitários, que vêm muitas vezes em datas posteriores e só depois é que são contabilizados, e daí a diferença. Apesar de virem com data-valor e, portanto, por isso é que os fluxos de caixa são de dezassete do doze e os outros foram tirados anteriormente.

Em relação à questão dos valores do empréstimo. Até ao momento foram pedidos trinta e dois milhões de euros. As ordens de pagamento emitidas a trinta e um do doze de dois mil e oito rondavam os trinta e um milhões e meio de euros.

Esta diferença, deve-se ao facto de nós no início do ano, os pedidos de disponibilização normalmente demoram uma semana e aquilo que nós queríamos era de facto continuar os pagamentos ao longo do início de Janeiro. E daí termos esta folga.

Aquilo que eu vos queria transmitir é o seguinte: nós nestes últimos anos temos transmitido sempre com a maior fiabilidade e maior transparência todas as Comunicações e, portanto, qualquer dúvida que tenham façam o favor de perguntar que nós com certeza que transmitiremos.

Sr. Deputado António Regala. Quanto ao passivo de cento e cinquenta e cinco virgula seis milhões de euros; durante todas as Comunicações houve sempre o cuidado de informar que eram os valores que estavam contabilizados.

É óbvio que se trata provavelmente de uma maior correcção feita até há data em termos de valor de passivo contabilizado. Tal foi imposto porque sempre assumimos que quando houvesse a disponibilização do empréstimo iriam ser corrigidos no máximo possível todos os valores em dívida.

Quando o Sr. Deputado fala em moções de censura, eu gostava que o Sr. Deputado fizesse um exercício muito simples: vai pegar no relatório da auditoria da IGF ou no relatório da auditoria pedido por esta Assembleia à empresa AUREN, e vai comparar os valores de passivo com os valores que estão neste momento informados e provavelmente o Sr. Deputado vai ter de propor uma moção de confiança ou no mínimo uma moção de louvor.

Sr. Deputado, no final nós faremos as contas e vamos ver se de facto nós estamos a aumentar a dívida ou se estamos a reduzir.

Deputado Sérgio Loureiro. A operação de saneamento financeiro em relação ao pagamento a clubes já foram feitos a alguns e outros irão ser pagos proximamente. A questão dos clubes é que muita da dívida que estava incluída tem sido paga ao longo do ano e portanto, há aqui algumas contas a fazer.

Deputado João Barbosa o Vereador Carlos Santos irá transmitir.

Deputado Pires da Rosa. Só para resposta, uma vez que falou da baixa da Derrama. Deixe-me transmitir-lhe uma coisa: nós aqui temos de facto uma posição política e provavelmente ideológica diferente em relação às coisas. A nossa ideia é de facto que quanto maior forem os impostos provavelmente menor é o valor disponível no mercado para fazer face a muitas das despesas que as empresas têm. Menor será a criação de emprego e subsequentemente a criação de riqueza.

Os senhores têm uma ideia diferente das coisas e acham de facto que se deve manter ou aumentar os impostos por forma a ajudar as crises económicas.

Normalmente esses efeitos têm sempre efeitos perversos como qualquer economista lhe poderá transmitir, mas como tem alguns na sua bancada julgo que eles poderão melhor do que eu transmitir-lhe esse efeito.

A nossa perspectiva é de facto diferente. Nós queremos de facto criar empresas na região e no concelho, essencialmente no concelho, por forma a criar emprego ou tentar pelo menos manter esse emprego.

Só para o Sr. Deputado ter noção, a nível social nacional (para todos termos uma perspectiva), o nosso esforço fiscal (dos portugueses) durante os últimos quatro anos, portanto responsabilidade do Governo Socialista, aumentaram oito virgula quatro por cento.

Se quisermos ver em taxa de distribuição do rendimento, de desigualdade, que seria aquilo que seria a finalidade, a diminuição foi de zero ponto quatro.

Um aumento da carga fiscal em cerca de dez por cento para uma desigualdade de rendimento de zero ponto quatro é muito pouco.

São estes os efeitos que temos todos que analisar antes de começarmos a dizer um bocadinho demagogicamente em termos de fixação dos valores de Derrama.

Só lhe queria ainda mais uma vez falar da questão da parte social. E o Sr. Vereador Capão Filipe irá com certeza falar, mas há uma coisa que está garantida, no próximo ano durante o ano dois mil e nove (portanto este ano), estão garantidas a transferência de cerca de seiscentos mil euros para instituições de solidariedade social do nosso concelho para fazer face a várias situações de ordem social.

Portanto este de facto, é um valor de uma grandeza apreciável, contando com as dificuldades que nós temos.

Sr. Deputado Manuel António. “Quanto é que já foi pago?” Ao valor que já foi pago julgo que já transmiti prioridades: “factoring” “redução dos encargos financeiros” “dívidas até cinco mil euros” facilmente identificáveis e, portanto, para não houverem dúvidas “acordos de pagamento às juntas de freguesia”.

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰³²

Vereador Carlos Santos ⁰³³

Presidente da Câmara ⁰³⁴

“Dr. Jorge Nascimento, em relação à ideia aqui avançada do cidadão não ter sequer que ir à Câmara a ideia naturalmente é excelente. É essa a recta, o percurso final que nós queremos atingir nesta caminhada que iniciamos com o GAI.

O GAI já representou para o munícipe e para os próprios serviços do município uma revolução muito grande, uma alteração profundíssima na forma de atender e de criar proximidade aos cidadãos. Estamos conforme já aqui informámos a fazer trabalho no sentido de estender, alargar, dilatar esse atendimento à periferia da própria Câmara, no sentido de facilitar também essa proximidade com os cidadãos.

Naturalmente que o objectivo final será esse. Será que o cidadão em diversos processos não tenha que se deslocar à Câmara e em casa possa ter acesso a toda informação que lhe diz respeito e que está no município.

Quanto à questão dos complexos. Nós estávamos a falar no âmbito da Comunicação, na Avenida. Fizemos uma referência histórica com base na tradição pluralista aveirense. Referimos três nomes, naturalmente que tínhamos muitos nomes para referir e não podíamos referir todos; foram três os indicados. Há aí naturalmente muitas faltas, muitos nomes em falta. Agora, naturalmente que se nós estivessemos a referir na Comunicação a área da metalurgia ou a criação de postos de trabalho, as pessoas a referir já teriam sido outras sem qualquer tipo de complexo em relação a qualquer dos lados.

Quanto o Deputado António Regala, “Comunicação resumida”. Penso que como decorreu da própria comunicação do Dr. Miguel Capão Filipe na área social, esta é mesmo uma comunicação sinóptica daquilo que foi a actividade, muito curta, muito resumida.

Por exemplo, na área social onde há um relatório feito pelos serviços com um elevado número de páginas, enorme, com toda a informação destes três meses do que aconteceu na área social no município, disso tudo resumiu-se a meia página ou a uma página.

Portanto, nada que traduza sequer o profundo trabalho que tem sido feito pelo município e saúdo aqui o Senhor Vereador responsável pela área e os técnicos que estão nessa área pelo profundo trabalho que tem sido feito nessa área social.

Quanto à Avenida, penso que é uma questão que se colocará no ponto oito da ordem de trabalhos, onde iremos reflectir.

Quanto à questão dos campeões aveirenses colocada pelo Deputado Sérgio Loureiro. Não percebi bem!? Haverá qualquer coisa da minha parte, mas enfim, é assim: houve duas omissões pelo menos assumidas por nós já, e que queremos até corrigir num documento que estamos a elaborar que irá registar para a posteridade aqueles que foram os campeões aveirenses na época desportiva passada. Foi o banquete universitário (houve uma omissão) e foi também no andebol de praia. Dois títulos nacionais obtidos por aveirenses em que não houve essa distinção; já foi corrigida, já foi assumida, e são os únicos que eu conheço.

Quanto às distinções individuais eu penso que a ideia foi essa e o critério é esse. É distinguir todos os campeões nacionais, distritais, aveirenses. Naturalmente que os atletas para serem campeões estão filiados num clube, federados num clube e, portanto, é natural quando se diga: “O campeão nacional dos 100 metros é o João Diogo”, é evidente que é o João Diogo do Galitos ou do Sporting Clube de Aveiro, portanto refere-se o clube. Mas há mais omissões... Se assim for vamos corrigir essa omissão e será a terceira omissão que se verificou e vamos a ver se ainda vamos a tempo de corrigir. Mas agradecíamos também que se houver informação, que nos façam chegar, porque naturalmente não temos acesso a todas, a todos os campeões nacionais e felizmente para quem presenciou a cerimónia, a começar por mim, fiquei surpreendido pela quantidade quase infindável de campeões distritais e nacionais que o município de Aveiro tem.

Naturalmente que por trás disto está um trabalho notável da parte de muitos dirigentes desportivos que perdem meses e anos, se calhar alguns vidas, para que estes jovens tenham esta ocupação, esta motivação, tenham esta actividade, e possam prestigiar o concelho da

forma que prestigiam ao conseguirem estes títulos naturalmente distritais e nacionais, mas mais importante do que isso, o trabalho que é feito diariamente na ocupação desses jovens.

Quanto à Associação Desportiva de Taboeira. A questão que colocou, esta é uma das associações que tem desenvolvido e é reconhecido por todos, é unânime, tem desenvolvido um trabalho notável em termos da formação apesar das más condições de trabalho que tem. Juntamente com o Clube e com a Junta de Freguesia, temos de procurar encontrar uma solução para o Taboeira.

Já foram acordadas as condições gerais de um protocolo que naturalmente irá à Câmara Municipal em tempo oportuno; já foi elaborado o projecto que vai ser o parque desportivo da Associação Desportiva de Taboeira, já está elaborado esse projecto, já deu entrada na Câmara Municipal de Aveiro e está neste momento em fase de recolher pareceres das diversas entidades que se têm de pronunciar. Ainda esta semana tivemos mais uma reunião, desta vez com o departamento jurídico do município e com o clube e com a PDA, para naturalmente acertar os contornos jurídicos deste processo para que ele possa avançar, para que se possa concretizar este sonho lindo, quer do Taboeira, quer certamente de todos nós, Executivo e Assembleia Municipal.

Quanto ao pedido formulado para facultar as sugestões apresentadas à Câmara, tenho dúvidas quanto à oportunidade do pedido; vamos avaliar melhor isso.

Quanto ao facto, e permitam-me que retorne aqui à questão social, sobre a “não sensibilidade social”, deste executivo. Nesta Comunicação que se reporta há apenas três meses, só nesta, em termos sociais, para relembrar que vêm aí a inauguração da nova sede da CERCIAV — é uma promessa, um sonho de doze anos que estava por cumprir. Não será isto uma preocupação social que evidenciamos? Vem aí também o início de funcionamento das Florinhas do Vouga — naquelas instalações que estiveram paradas muitos anos e que finalmente se concretizaram. Não será isto também uma preocupação social que na prática o município tem tido?

O programa FICA também é uma questão social que está em causa. As próprias Unidades de Saúde não são também uma questão social que estará em causa?

O realojamento que aí é referido nessa Comunicação, e refiro só questões que estão na Comunicação de três meses, o realojamento de trinta e nove famílias carenciadas é também uma preocupação social que aí está evidenciada.

O “Viver a Idade”; o “Aveiro com Vida”, o “Aveiro em Forma”, o “Educar para Habitar”, o que está referido para Habitação Social, a intervenção na Ilha do Canastro; os seiscentos mil euros que estão garantidos só como apoio para instituições sociais pare este ano — não é uma preocupação social? Eu sinceramente penso que sim!

Sobre o Lidl. Da nossa parte fizemos tudo o que tínhamos a fazer. Não andamos com promessas nem com mais nada. O assunto foi a reunião de Câmara, o assunto veio à Assembleia Municipal, os órgãos pronunciaram-se, tomaram as suas decisões — é isto que a gente sabe. Temos consciência que fizemos tudo. E naturalmente não sabemos o que é que se passa nos outros municípios, nem temos nada que saber em relação a isto. Temos é consciência que se fez tudo.

Deputado João Carlos Valente. Agradecer-lhe a reflexão que nos trouxe na área social. Efectivamente não é fácil para nós autarcas que muitas vezes nos entusiasmos com as pedras mortas e esquecemos as pedras vivas e é bom de vez em quando haver assim estas reflexões que nos alertem para a importância que deveremos dar às pedras vivas.

Quanto ao novo Regulamento de Publicidade, está a seguir uma alteração ao regulamento, está a seguir o seu procedimento normal. Não temos nenhum prurido e neste caso é paradigmático disso, não temos nenhum prurido, quando há dúvidas ou quando algum pode não correr bem, não temos nenhuma dúvida, nenhuma, em ajustar o percurso que estávamos a fazer e a proceder a correcções — rigorosamente nenhuma. Isto é nossa responsabilidade e não temos nenhum prurido em remeter para o próprio Bloco de Esquerda aquela que foi a informação do nosso departamento jurídico e dar toda a informação, prestar toda a

informação. Portanto, não há aqui orgulhos, não há nada. Há no fundo um objectivo, o melhor documento de todos. Agora o que nos agradecemos ao Bloco de Esquerda é que nesta fase responda ao nosso ofício em função daquilo que são as nossas propostas e também depois numa fase subsequente venha a participar na discussão pública, que é a altura própria para que todos possamos participar e que todos possamos poder incluir no documento aquilo que é importante para não venhamos no final do processo a levantar questões que podíamos ter colocado a montante e que tinham valorizado.

Prof. Manuel António, esta questão da Comunicação e oportunidade da Comunicação. É muito complexa, conforme sabe. Esta Comunicação que aqui está que estamos agora a analisar já foi elaborada há um mês ou mais; reporta-se a um período já de há dois três meses e perde aqui actualidade.

Por exemplo, no mês de Dezembro de 2008, houve coisas muito importantes que se passaram que não estão aqui nesta Comunicação que já estamos a analisar em Janeiro de 2009; só irão ser analisadas em Fevereiro ou Março de 2009. Há esta decalage cronológica da Comunicação, são prazos que temos de cumprir e não podemos fugir disto.

Também em relação à rede social, reforçar as palavras que aqui teve, e reforçar mais. Desta vez também além do que já foi dito estes cem parceiros que estão na rede social e aqui tem a ver com aquilo que deve ser a filosofia que defendemos de que o município deve ter nesta e noutras áreas: o importante, não é que o município faça todas as coisas, o importante e o decisivo é que o município crie condições para que a própria sociedade civil organizada através do movimento associativo possa ter meios e formas de trabalhar na área social.

Queria relembrar também aqui ainda na área social o Programa PARES. Um programa excelente onde o nosso concelho foi dos que mais equipamentos conseguiu incluir na participação do Estado. Lembrar a Cruz Vermelha também, que é uma questão social também, a doação de terreno que fizemos recentemente. Lembrar a CARITAS, o Centro de Emergência Infantil que tem outra preocupação, etc., etc., etc.

No fundo defendemos não o crescimento, mas defendemos o desenvolvimento. Defendemos que não é sério falar em desenvolvimento se nesse desenvolvimento não fizermos incluir todos os cidadãos especialmente aqueles que ficaram em situação desfavorecida na sua vida.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³⁵

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰³⁶

Vogal António Regala (PCP) ⁰³⁷

Vogal João Barbosa (PS) ⁰³⁸

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰³⁹

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰⁴⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴¹

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁴²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴³

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰⁴⁴

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰⁴⁵

Presidente da Mesa ⁰⁴⁶

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰⁴⁷

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴⁸

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰⁴⁹

Presidente da Câmara ⁰⁵⁰

“Apenas duas notas em relação ao PDA, tentar fazer aqui uma análise factual. O Executivo pronunciou-se sobre esse assunto em 29 de Outubro de 2007. A Assembleia Municipal analisou e deliberou sobre essa questão do PDA em 23 de Novembro de 2007.

Nessa altura, aquando da análise, discussão e votação, foram colocados, e suscitadas muitas dúvidas por uma das bancadas pelo menos em relação à legalidade do processo; inclusive chegou a ser aqui evocada a figura de “fraude à lei” que esse processo iria conter.

Legitimamente um dos membros desta Assembleia apresentou, avançou, na sequência dessa deliberação que a Assembleia tomou, para uma participação ao TAF (Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu) que deu entrada em 28 de Julho de 2008.

O TAF naturalmente recebeu a participação, certamente que questionou o município, pediu elementos ao município em 24 de Setembro de 2008, solicitou que o município fornecesse os elementos todos. No final de toda a análise recebemos um relatório assinado pelo Procurador da República António Caetano do Vale, do TAF de Viseu, que concluía a análise do processo da seguinte forma: (...) “como se constata pelos documentos (em termos finais) juntos pelo próprio queixoso, todo o processo tem decorrido com total transparência, tendo sido apresentado, analisado, discutido e votado pelos órgãos competentes, no respeito rigoroso pela lei vigente. Face a isto determino o arquivamento dos autos.” É o processo n.º 11 de 2008.

O que seria expectável e é legítimo naturalmente que haja dúvidas, são processos complexos e naturalmente nós temos que nos salvaguardar e da nossa parte também fizemos tudo para que ele tivesse toda a legalidade que cremos que tem, e que acreditamos que tem, e que uma decisão do próprio TAF tomada naturalmente por uma entidade isenta, idónea, como um Tribunal, naturalmente ainda nos fez reforçar essa convicção.

E parece-nos que se a intenção que presidiu a essa queixa que foi apresentada fosse apenas e só essa de averiguar da legalidade ou não do acto, da decisão da deliberação que foi tomada, parecia-nos a nós que sendo um membro da Assembleia a apresentar essa queixa no Tribunal, tendo o Tribunal pronunciado, tomado uma decisão nesse sentido, independentemente de todas as dúvidas que se poderiam vindo a colocar, naturalmente que há aqui uma decisão tomada por um Tribunal que diz que tudo foi legal, tudo foi correcto, houve respeito rigoroso pela lei vigente, e pensamos que o processo ficasse por aí. Não ficou! Posteriormente viemos a ter a informação que houve, e já nos foram solicitados documentos nesse sentido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Norte e pela IGAI, estiveram cá inclusive com uma inspecção, e mandou recolher esses documentos todos.

Portanto, neste momento terá havido, segundo entendemos nós, duas participações em cima, depois desses esclarecimentos dado pelo TAF de Viseu, que já está concluído, há mais dois recursos que são apresentados para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Norte e para o IGAI, e naturalmente a partir daqui não temos nada mais que falar porque está em averiguações por estas duas entidades para tomarem a sua decisão.

A segunda nota e última em relação ao deputado Nelson Peralta, quando ao regulamento. Essa questão que quer colocar, agradeço que a faça no momento e no local próprio, que é no âmbito da discussão pública quando for aberto, que faça chegar essa reclamação que essa é a fase onde todos os cidadãos, todos nós, quem quiser, todas as entidades e instituições podem dar os seus contributos para enriquecer o documento.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa⁰⁵¹ deu por encerrada a terceira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 19 de Janeiro (2.ª feira) pelas 20:00 horas, para a qual seguirá convocatória nos termos regimentais.

Eram 24:00 horas do dia 09 de Dezembro de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º

do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)